



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVIII — Nº 27

SEXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1973

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 31.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MAIO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALCIR PIMENTA — Qualidade dos veículos nacionais e o preço elevado dos serviços prestados por concessionárias.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Criação da Região Metropolitana de Goiânia.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Batalha do Tuiuti.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Pressão que estaria sendo exercida por industriais da Guanabara e São Paulo, em detrimento da economia algodoeira.

DEPUTADO ARLINDO KUNSLER — Centenário da emancipação política do Município de Montenegro, localizado no Vale do Rio Cai — RS.

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Estabelecimento de novo preço mínimo para a juta.

DEPUTADO ALFEU GASPARINI — Problema do abastecimento de carnes suína e bovina em Ribeirão Preto — SP.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Aproveitamento de funcionários na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO PARSIFAL BARROSO — Batalha de Tuiuti.

DEPUTADO JOÃO MENEZES (Questão de ordem) — Prazo destinado a breves comunicações.

DEPUTADO MAGALHAES MELO (Pela ordem) — Considerações sobre questão de ordem levantada.

O SR. PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem.

DEPUTADO ROZENDO DE SOUZA — Inauguração do sistema de Discagem Direta à Distância (DDD) em Foz do Iguaçu. Comentários sobre o projeto de lei constante da Ordem do Dia da sessão.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apoio aos trabalhadores do campo na Região Amazônica.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei n.º 7/73-CN (Complementar), que estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Votação adiada**, por falta de **quorum**, após falar no encaminhamento de sua votação o Sr. Senador Nelson Carneiro.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 28.^a Sessão Conjunta, realizada em 16-5-73.

ATA DA 31.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MAIO DE 1973

3.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TÔRRES

Às 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Pe-

trônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Ruy Carneiro — João Cleofas — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — João Calmon — Paulo Tórres — Benjamin Farrah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Saldanha Derzi —

Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra. E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes —

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

BERNHARD E. SMID

Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

ARENA: João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Sousa Santos — ARENA.

Ceará

Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Ozires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Petrólio Figueiredo — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Tales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Porto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régio — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Alves — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ario Theodoro — MDB; Brigido Tino — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddar — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Euripedes Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Couti-

nho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonseca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amaran- te — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes —

ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Calado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jar-mund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA.

Paraná

Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Emilio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Otávio Cezário — ARENA; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dalianhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cld Furtado — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaral — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — As listas de presença acusam o

comparecimento de 47 Srs. Senadores e 237 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alcir Pimenta.

O SR. ALCIR PIMENTA — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a indústria automobilística brasileira é uma realidade. Provam-no os altos índices de crescimento que vem apresentando nos últimos anos, fator indubitável de nossa prosperidade.

Há, entretanto, Sr. Presidente, um deplorável abuso, que se vem acentuando nos últimos anos, com grandes prejuízos para os adquirentes de veículos nacionais: a má qualidade desses veículos e o abuso das concessionárias, que aumentam desproporcionadamente os preços dos serviços que realizam nas viaturas, impossibilitando o comprador de fazer as revisões que o automóvel novo está a exigir.

Sr. Presidente, é necessário que se faça uma investigação rigorosa nesse setor da indústria nacional para acabarmos com esse estado de coisas. Ao adquirirmos um veículo estamos concorrendo para o aprimoramento da indústria nacional, para que fique entre nós o rendimento daquilo que aqui mesmo produzimos. Há poucos dias, Sr. Presidente, no Estado da Guanabara, vários foram os compradores de automóveis que se queixaram, através da imprensa, da má qualidade dos serviços prestados por essas concessionárias. O elevado preço das peças, além do custo altíssimo dos automóveis, estão tornando quase que proibitiva a aquisição de um veículo nacional.

Deixo, portanto, o meu apelo ao Conselho Interministerial de Preços no sentido de que reexamine a questão e investigue o que vem ocorrendo no setor automobilístico, para que se ponha cobro, em favor da indústria e em benefício do usuário brasileiro, a um abuso que deve ter fim. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a movimentação deste Plenário até altas horas da madrugada de hoje demonstra, de maneira inequívoca, o interesse do Congresso Nacional pela matéria que se encaminha para aprovação.

Disse, aqui, desta tribuna, na sessão iniciada às 21 horas de ontem, que mais uma grande injustiça estava sendo cometida contra Goiânia e sua região geoeconômica, por não consta-

rem do Projeto de Lei n.º 7, de 1973, do Executivo, que criou as primeiras regiões metropolitanas do País, dando cumprimento ao preceito constitucional.

E por que a injustiça, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Simplesmente porque Goiânia, a moderna capital do Centro-Oeste, a metrópole mais importante do Planalto Central, é centro de atração extremamente significativo e, ao mesmo tempo, pólo irradiador de progresso não somente no Brasil Central, mas principalmente em relação à Amazônia, sendo, ainda, das primeiras capitais brasileiras em população e desenvolvimento.

Goiânia e sua região geoeconômica contam, presentemente, mais de um milhão e duzentos mil habitantes. A Capital de Goiás e os municípios sob sua influência já dispõem, atualmente, de numerosos serviços públicos comuns.

Qual a outra Capital brasileira, depois de Fortaleza, última metrópole relacionada no Projeto, que desfruta de condições iguais às de Goiânia? Se o Executivo não desejava criar regiões nas áreas de todas as capitais brasileiras, como nos parecia conveniente, por que não propor, neste primeiro passo, pelo menos dez regiões metropolitanas?

Goiânia, Srs. Congressistas, está fadada a ser a nova Niterói neste Centro-Oeste brasileiro, se continuarmos a não merecer as melhores atenções do Governo Federal.

Aqui, aliás, há uma Guanabara muito mais absorvente, que é Brasília, pois conta com incentivos e benefícios de toda ordem.

Na região geoeconômica de Goiânia encontramos dramas de toda natureza ocasionados pela debilidade de sua economia, que sofre continuados reveses sempre que são tomadas medidas em favor do desenvolvimento econômico e social do País, por mais paradoxal que pareça.

O desemprego e o subemprego campeiam em Goiás e os Prefeitos e Vereadores dos Municípios circunvizinhos a Goiânia e Brasília se vêem às voltas com o continuado aumento de volume de problemas, sem disporem de recursos necessários para enfrentá-los. E a cada dia a situação se agrava, pois o esvaziamento econômico, financeiro e humano aumenta sempre.

A criação da Região Metropolitana de Goiânia, Srs. Congressistas, é medida que não pode tardar, sob pena de ficarmos à mercê da influência negativa crescente de Brasília, por não termos meios de planejar nosso desenvolvimento e evitar o estrangulamento de nossa economia, bem assim o atrofamento de nossos centros urbanos.

É, pois, em nome dos sagrados direitos dos brasileiros de Goiás, pioneiros no esforço de integração do Centro-Oeste e da Amazônia, que clamo por justiça e peço a compreensão da Liderança do meu Partido e do Governo Federal em favor da aprovação rápida de projeto que apresentei à Câmara dos Deputados criando a Região Metropolitana de Goiânia. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, 24 de maio, é um dia que jamais pode ser esquecido por nós brasileiros. Nesta data comemoramos mais um aniversário da Batalha de Tuyuty, onde, mais uma vez, mostramos o valor de nossos bravos soldados, defensores perpétuos de nossa querida pátria.

Estávamos em maio de 1866.

Desde o dia 20 as forças aliadas acampavam em Tuyuty, bem perto das linhas paraguaias, e todos sentiam a iminência de um encontro entre os dois exércitos, com todas as forças reunidas. Se havia alguém, nos batalhões da Aliança, que o não desejava ardentemente, guardava no fundo da alma o segredo, que tinha vergonha de revelar.

A BATALHA (Na véspera)

A infantaria brasileira na vanguarda, à extrema esquerda. A famosa artilharia do grande velho Mallet, estava à direita. O General Osório, com o exemplo da bateria do Capitão Cardoso de Mello tomada pelo inimigo no combate de 2 de maio, ordenara, logo que chegara a Tuyuty, a construção de um grande espaldão para abrigar o regimento.

À esquerda acampavam o 6.º de Infantaria e outros batalhões de linha e de voluntários e, por último, o 11.º, comandado pelo heróico Major Cavalcanti, daquela plêiade memorável de capitães do 1.º de Fuzileiros da Corte, que tanto ilustraram a nossa história militar — Guimarães Peixoto, Cavalcanti, Azeredo, Eduardo Fonseca, Valente.

Para lá do 11.º Voluntários, estendia-se banhados rasos, marejões baixos e areais cobertos de "barba de bode", além fechava a perspectiva a mata misteriosa, com as suas "bocainas" largas de trilhas estreitas e tortuosas por onde o inimigo, astuto como os homens da sua raça, vinha espreitar, vigiar os movimentos, perscrutar a vida do acampamento e até contar os nossos homens, os nossos canhões e as nossas carretas de transporte.

Não tivéramos a curiosidade, aliás muito natural, de conhecer os segre-

dos daqueles bosques. Não postaram ali nem piquetes, nem vedetas, ao menos.

Do outro lado da mata estava o Potreiro Pires.

O General Flores acampava à esquerda da artilharia, e o General Mitre à direita. O General Osório, em uma eminência, no centro do grande exército, parecia o comandante-em-chefe.

A direita do quartel-general ficava o comércio e, à retaguarda, o pesadíssimo trem de transporte e o hospital.

Era o meado do outono. Naquelas paragens, próximas de dois rios imensos, cobertos de lagoas e banhados de densas florestas e extensos estreitos, a umidade era grande e a temperatura baixava muito. Estávamos a 23 de maio.

Na lembrança, o comandante do 4.º de Infantaria recomendava aos comandantes de companhias que passassem revista de armamento. Ia-se reconhecer as posições paraguaias. Ao toque de recolher, às 8 horas da noite, todos os corpos formaram. Depois da chamada, os sargentos puxaram as companhias para a frente da bandeira e rezou-se o terço. Algumas praças, os melhores cantores, entoaram com voz vibrante, sonora e cheia de sentimento, a velha oração do soldado brasileiro: "Oh Virgem da Conceição, Maria imaculada, vós sois a advogada dos pecadores, e a todos encheis de graça com a vossa feliz grandeza. Vós sois dos céus princesa e do Espírito Santo esposa. Maria, mãe de graça, mãe de misericórdia, livre-nos do inimigo e protegei-nos na hora da morte. Amém." As músicas dos quarenta batalhões acompanhavam aquela grande prece ao luar, rezada tão longe dos lares queridos. Tocou, depois, ajoelhar corpos. Todos aqueles homens simples, rudes e crentes, que se iam bater como leões, no dia seguinte, caíram de joelhos e, com as mãos musculosas, apertando os largos peitos valorosos, entoaram, cheios de contrição e de fé, "Senhor Deus, misericórdia".

Ao toque de silêncio, entraram em forma. Depois de soar a última nota das cornetas do exército, vibrou nos ares, maviosa e plangente, a do corneteiro-mor do 7.º de Voluntários, batalhão de São Paulo. Era um verdadeiro artista, esse paulista agigantado; tinha o orgulho da profissão; não tocava regularmente como os outros: "floreava, tremia, chorava, gemia e cantava; executava o toque como um hino de saudade, e terminava lento, suave e muito triste, até morrer como um gemido longínquo, confundindo-se no silêncio da noite. Como comovia o toque de silêncio do corneteiro-mor do 7.º de São Paulo.

NO DIA

O 24 de maio amanheceu claro e sereno. Antes da alvorada, formou-se para o alarme. Pouco a pouco, surgiram da escuridão as alvas tendas do grande exército, estendido em colunas por aquelas coxilhas afora. Depois os tons róseos da madrugada alta foram-se tingindo de púrpura e doirando-se à aproximação do sol, que se levantou rubro, achatado, rutilo e cortado ao meio por uma cinta esbranquiçada e fina de estrato, como uma ágata imensa onde o gênio do Brasil gravaria, com aqueles esplendores, uma data das mais memoráveis da sua história.

Antes do toque de parada, tocou faxina. Os sargentos entregaram ao brigada os homens escalados.

Ali ensarilharam as armas e dispersaram-se em busca da lenha. Passava o tempo, e devagar. Era mais de 10 horas. Dai a pouco fez alto, na frente do Oficial de Estado, o soldado José de Barros; quadrou-se, levou a mão direita à pala do boné, e disse em voz clara e bem timbrada, com sotaque de sertanejo: "Saiba Vossa Senhoria, só alferes, que o mato está vermelhando de caboclos." Não parecia assustado. Realmente, meio ocultos pelas árvores, vultos vermelhos apareciam cobertos por grandes barretinas de sola: eram os paraguaios. Alguns dos nossos homens já voltavam ao sarilho, com os feixes de lenha aos ombros.

Detona sobre as cabeças brasileiras uma granada inimiga. Ao estrondo, seguiu-se o toque de sentido. Chamada ligeira, todos correram às armas. Os paraguaios já estavam sobre os brasileiros. A granada fora o sinal de ataque geral.

O 4.º Batalhão entrou em forma, rápido como um relâmpago, e, mais rápido ainda, meteu-se em linha, frente à esquerda.

Avançava a golpe um regimento da cavalaria inimiga. Ia chocar-se com as duas primeiras companhias do 4.º. As outras, as da esquerda, tinham pela frente uma lagoa bastante funda. Em fileira dupla, apenas resistiam ao choque. Não pôde rompê-las, nem retroceder. É que tinham pela frente os nossos bravos, cheios de ardor, nessa primeira vez em que combatia-se de veras: e, pela retaguarda, outros corpos da cavalaria paraguaiana, que também avançavam. Desfilou, então, para a esquerda, ao trote, entre a nossa tropa e a lagoa. Eram fuzilados eficazmente, quase à queima-roupa. Manobrou, para cortar a nossa retaguarda. Debalde: o fogo era tremendo, e a linha muito extensa. Cada um dos oito pelotões formara com trinta e quatro filas; o 4.º Batalhão tinha mais de duzentos metros de frente. O

terreno era meio atoladiço. Do trote passaram ao passo, os bravos guerreiros de Lopez, que iam caindo, dando lançadas e talhos de espada, inutilmente. Eram batidos de flanco. Os nossos soldados, entusiasmados, ardentes, saíam das fileiras e os atacavam a baioneta. Foi um morticínio medonho, poucos escaparam. Grandes colunas de infantaria inimiga surgiam da esquerda e acometiam a 3.^a divisão brasileira. Sampaio cavalgava, trajando o seu belo uniforme de General, bordado a ouro, à frente das suas tropas mandou estender linhas e avançar. O nosso impeto foi violento. O inimigo recuou até a mata. Voltou, depois, carregou sobre os nossos com bravura. Retrocedemos, pelejando. A nossa esquerda combatia também, em retirada, o 6.^o de voluntários, depois 33.^o, comandado por Agnelo Valente. O terreno era pesado. As vezes atolava. Caminhava-se dificilmente. Os paraguaios avançavam lentos, calmos.

Eram fuzilados quase de flanco. Alguns oficiais inimigos davam de prancha nos soldados para que avançassem. (Sempre há gente que ama mais a vida do que a honra). Avançavam; e os nossos voluntários do 6.^o recuavam, fazendo fogo, como se estivessem em dia de exercício, manobrando ao toque de corneta. O comandante Agnelo Valente, alto, magro, simpático e sereno, estacou o cavalo; estendeu a espada horizontalmente e mandou tocar alto-frente. O 6.^o já pisava terreno sólido: o chão estava seco. Os paraguaios continuavam a avançar, lentamente e fazendo fogo; eram, porém, fuzilados sempre, e pelo flanco. A distância entre a coluna inimiga e os voluntários ia diminuindo a olhos vistos. O comandante Valente firmou-se nos estribos, ergueu-se sobre a sela, encarou o inimigo, e falou ao corneta. Soou, vibrante e alegre, o toque de avançar. As baionetas já estavam armadas. Os bravos filhos do Brasil deram um viva entusiástico à Pátria e marcharam impávidos sobre a coluna, que avançava lenta, majestosa, solene. Que momento aquele! Vibrou o som festivo do toque de acelerado e, logo após, os ares estrugiram com o mais grandioso de todos, o toque de carga, que foi repetido por toda a banda. Os nossos soldados cruzaram baioneta e correram, impetuosos e vivos, sobre o inimigo, que fez alto. Parou. Estava perdido. As duas linhas chocaram-se. As nossas baionetas penetraram nos peitos dos mais bravos daqueles heróis e nas costas dos outros que, embora valentes, recuavam em debandada.

E, das linhas dos veteranos do 4.^o de infantaria, ergueu-se uma viva delirante ao 6.^o de voluntários, que seguia como louco, ferindo e matando, juncando de cadáveres a terra paraguaiá, tão ensopada naquele dia com

o sangue dos seus valorosos filhos. O cabo Militão, veterano da guerra do Rosas e filho de Pilão Arcado, clamava: "Valente como o defunto só Coronel Victor". O velho baiano tinha sido praça do "Tremeterra". O 4.^o avançava também.

Novas colunas, de cor avermelhada e armas cintilantes, surgiam após outras, do verde escuro das bocaianas, e guerreiros acobreados, espadaudos, montados em pequenos cavalos, com estribos de rodela entre dois dedos dos pés, com "chiripás" de lã vermelha listrada, tiradores de couro bem sovados na cintura, caindo abaixo dos joelhos, com boleadeiras nos tentos, empunhando lanças enormes, ou brandindo espadas curvas afiadas, avançavam a galope, em alarido infernal, sobre os nossos batalhões, meio desordenados já pelas cargas repetidas que davam, pelas linhas de atiradores que saíam, pelas fileiras que rareavam, pelos oficiais que morriam, pelos chefes que tombavam. Sampaio fora ferido gravemente; o comandante do 4.^o também estava fora de combate. A bandeira do 4.^o tremulava beijada pela amorosa brisa da glória. O alferes Celso de Assis, jovem paraense, tinha a honra de carregá-la; estava orgulhoso, sorridente. Os cabos que a guardavam eram valentes como ele. Inclinou-se, de repente, o pavilhão glorioso mas não chegou a cair. Ergueu-se de novo, mais belo e mais alto, flutuando, sereno e manso, estendendo as largas dobras à direita e à esquerda, como o que agradecendo aqueles que, abrigados à sua augusta, derramavam o sangue para que ele continuasse a tremular sempre imaculado. Estava morto e varou-lhe o coração. A haste escapou das mãos hirtas; a bandeira inclinou-se, ia cair. Um cabo levantou-a; outro cabo amparou o moço oficial, que morreu sem um ai. O talabarte tinha, na altura do peito, um grande rombo, e o veludo verde, os galões de ouro tingiram-se de vermelho pelo sangue que jorrava abundante. — Tiveste, alferes Celso, um glorioso fim. Se pudesse, da mansão da glória, descobrir o que se passa na terra, verias aqui se derramar sobre a tua memória uma lágrima de saudade.

Os batalhões avançavam; a artilharia rugia rápida, infatigável, a revólver: era um contínuo trovejar. Parecia uma tempestade. Cornetas soavam à carga; lanças se enristavam, cruzavam-se as baionetas; rasgavam-se os corpos sadios dos heróis; espadas brandidas a duas mãos, como os montantes dos pares de Carlos Magno, abriam crânios, cortavam braços, decepavam cabeças. Quadrados formavam-se aqui; além, ouvia-se o toque de assembleia, linhas de atiradores se reuniam, ora em círculo, ora formando os quatro camaradas de combate.

de baioneta cruzada contra a cavalaria que vinha a galope: er uma confusão imensa e cheia de fortes impressões. A batalha atingia o momento decisivo. O ataque mais forte fora à 3.^a divisão, que resistia, heróica, a dez mil homens de Diaz. Todos, modestia à parte, consideravam-na o escol do exército. Havia bem cinco horas que se combatia sem cessar, e não se estava fatigado. Não há tempo que corra tão ligeiro como o das batalhas!

De quem seria a vitória? Surge no seu belo cavalo de combate o general Osório, com o largo chapéu de feltro negro, o ponche flutuante deixando ver a gola bordada, a lança de ébano incrustada de prata na mão larga e robusta, e o olhar, fascinante, dominando aquele cenário trágico da glória e da morte. Ouviu-se um viva retumbante de todos aqueles lábios secos; daquelas gargantas roucas saiu imenso, entusiástico, um viva ao general Osório! Tudo se transformou ao tremular mágico da bandeirola da lança legendária. A nossa infantaria avançou galvanizada por aquele homem, imensamente amado, e levou de vencida, até as profundezas densas da mata, os guerreiros inimigos que sobreviveram a honrosa hecatombe. A batalha estava ganha. Alguns corpos destacaram linhas de atiradores, que tirotearam, friamente, até ao anoitecer.

A derrota foi completa. O campo de batalha ficou literalmente juncado de inimigos mortos. Lopez empenhara, nesse dia, quase todo o seu exército, e atirou-o contra o nosso por todos os lados. O ataque foi fulminante. As forças eram quase iguais.

Tínhamos, felizmente, à nossa frente, o grande Osório, que surgia como um semi-Deus nos momentos mais críticos, levando consigo a vitória. Soldados feridos, estorcendo-se nas vascas da agonia, levantavam-se a meio, com a auréola da morte doirando-lhes os cabelos empastados de sangue, e murmuravam em voz desfalecida, quando ele passava: "Viva o General Osório!" Soou, finalmente, o toque de cessar fogo. Quantos, dos que jaziam para sempre debaixo da sombra amena dos bosques daqueles campos pensaram, exalando o último suspiro, nas flores daquelas laranjeiras e na morte de suas esperanças. Mais de cinquenta mil homens pelejaram nesse dia memorável!...

Lopez não empenhou na batalha todas as suas forças. Mais de dez mil dos seus guerreiros estavam perto dos campos de Tuyuty, para as bandas do Humaitá. Esperando o quê? "Os Generais que guardam as tropas para o dia seguinte à batalha são sempre batidos", disse o maior dos Generais.

Senhores, a esses heróis ignorados, anônimos, gloriosos, tombados nos

campos paraguaios, rendamos a nossa homenagem, pela sua abnegação, valor e patriotismo. Glória aos soldados do Brasil. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero solicitar aos Srs. Senadores e Deputados principalmente àqueles dos Estados algodoeiros, atenção especial para o que se passa com o algodão.

Os industriais de São Paulo e da Guanabara, por intermédio dos seus sindicatos, pressionam o Governo no sentido da proibição total das exportações do algodão brasileiro. Já conseguiram limitar a exportação no Sul e agora o estão tentando no Nordeste. Isso desestimulará o nordestino a continuar a plantar o algodão, a principal riqueza do Rio Grande do Norte, do Ceará e também da Paraíba, e cultivado ainda em oito Estados.

Segundo a CACEX, a produção do Brasil, neste ano, será de 660 mil toneladas e o consumo de 330 mil. Sabemos que o consumo não passa de 330 mil, e que a produção vai ser de 680 mil toneladas. No momento, já foram exportadas 240 mil.

Os industriais ricos do Sul conseguem impor uma política algodoeira absolutamente nefasta para os Estados nordestinos e também sulinos que cultivam o algodão.

É preciso que o Congresso reaja e mostre ao Governo que essa injustiça não pode continuar. É um verdadeiro absurdo a própria comunicação do Presidente do Sindicato da Indústria de Tecelagem, do Estado de São Paulo, que diz: "O Governo acertou; agora teremos tranqüilidade nas nossas compras." É lógico que os industriais têxteis estão tranqüilos quanto às suas compras. São ricos e só compram quando querem, pelo preço que desejam, ante a impossibilidade de concorrência entre exportação e compra interna. A tranqüilidade de um pequeno grupo de industriais, altamente subsidiados na exportação e protegidos há 40 ou 50 anos neste País com a restrição nas exportações, prende-se ao fato de que fizeram grandes fortunas. Eles estão realmente tranqüilos. Intranqüilos, contudo, estão os grandes produtores de algodão de oito Estados nordestinos, assim como os de São Paulo, Goiás, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso.

Além dessa medida que eles conseguiram, existe agora a falta de fita de aço com que se prensam os fardos de algodão. O Ministério da Indústria e do Comércio não consegue — e nem está providenciando — essa quota obrigatória da Siderúrgica Na-

cional. A fita de aço, usada nos envólucros dos fardos de algodão, está sumindo. Existe um mundo de maquinistas de algodão impossibilitados de beneficiar o produto.

A Casa já conhece manobras como esta e as quais por muitas vezes já denunciámos. Lembro-me, uma vez, em 1967, que 179 Senadores e Deputados, unidos, conseguiram salvar a economia algodoeira do Brasil e impedir que se fizesse o que se está pretendendo agora: destruir a comercialização da safra nordestina — que começa no próximo semestre — da forma mais desmoralizante. Não é possível continuar essa situação. O Congresso deve dela tomar conhecimento. Os Estados produtores do algodão não podem ficar à mercê de um pequeno grupo de industriais ricos da Guanabara e de São Paulo, que pressionam o Governo para adotar medidas dessa ordem. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na década de 50 a juta ainda não era produzida em nosso País. Com a ajuda dos japoneses e com os incentivos fornecidos pelo Governo, iniciou-se a sua plantação na Amazônia. Hoje, estamos em condições não só de abastecer o mercado interno, como de exportar a fibra. A esse ponto chegamos com a colaboração do então Ministro Daniel de Carvalho e, posteriormente, do Ministro João Cleofas, que ensinaram a implantação, naquela área, de uma cultura que hoje faz parte da riqueza nacional. Infelizmente, entretanto, nos dias atuais, o Poder Público não tem dado ao problema a atenção que ele merece. O que se vê é a existência, por um lado de dificuldades de toda ordem e, de outra parte, as facilidades concedidas à importação de fibras estrangeiras e ao incremento da produção de sintéticos. Daí aquela cultura vir sofrendo entraves com a má orientação da atual política agrícola do Governo. A Amazônia, como afirmei em outra oportunidade neste Plenário, atravessa uma situação econômica das mais críticas. Nossa produção de juta está ameaçada de perder-se nas margens do rio, porque em consequência da política governamental os compradores oferecem apenas, Cr\$ 1,20 pelo quilo, o que representa prejuízo certo.

O caboclo sequer pode colher a juta que lá está e, assim, não tem condições de satisfazer suas obrigações contratuais com o Banco da Amazônia ou com o Banco do Brasil. Tenho recebido daquela zona, sobretudo de Obidos e de Alenquer, os apelos mais veementes e constantes para que se dê uma nova orientação à política

agrícola, a fim de se evitar a perda da atual safra, o que acarretaria prejuízos sérios para os plantadores, e para que se criem estímulos no sentido do amparo a uma cultura que representa hoje fonte de recursos bem razoáveis para nossa economia. É preciso que se estabeleça novo preço mínimo, para que os plantadores de juta não sejam forçados pelos compradores a entregar por preço vil os seus produtos. O produtor de sintéticos deles não precisa, porque tem juta estocada, adquirida através de importação. E como se incrementa o sintético de juta, qual a consequência? Eles podem, na época da safra, forçar, um preço vil para o produto. E com isso se compromete toda uma economia. Estamos nesta tribuna para chamar a atenção dos poderes públicos, a fim de que zelem por aquela região, tão endeusada e anunciada nos jornais como o novo Eldorado; entretanto, seus problemas fundamentais fica esquecidos, sem nenhuma providência para resolvê-los. Urge que os Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda tomem as providências necessárias, no sentido de que não se estiole a economia daquela região, de que não seja extinta a cultura da juta, que representa razoável parcela, hoje, na economia brasileira. Que o Governo medite, não faça tanta propaganda e passe à ação, se realmente quer fazer algo em benefício da Amazônia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alfeu Gasparini.

O SR. ALFEU GASPARINI — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ribeirão Preto está ameaçada de ficar sem a carne suína e sofrer colapso no suprimento da carne bovina. Enquanto os conflitos de competência da União e do Estado não são resolvidos, a fiscalização do Ministério da Agricultura está determinando a interdição do matadouro municipal da cidade, a partir do dia 30 do corrente mês. Como se isso não bastasse, ameaça apreender a carne vinda dos matadouros das cidades satélites, sob a inspeção dos órgãos estaduais e funcionando regularmente. Não há condições legais para se impedir a entrada do produto abatido nos matadouros dos municípios vizinhos. Se a carne é boa para os mesmos, também o é para Ribeirão Preto.

Dai meu apelo ao Sr. Ministro da Agricultura no sentido de que dê solução satisfatória ao problema.

Tenho a certeza de que S. Ex.^a, em entendimento com as autoridades estaduais, dirimirá as dúvidas e conflitos de jurisdição, fazendo com que Ribeirão Preto não sofra colapso no suprimento da carne bovina e fique igualmente sem fornecimento de carne suína. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, recebi um apelo no sentido de que a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro aproveite cerca de 100 funcionários que estão exercitando funções de Carcereiros, Auxiliares Legistas, Auxiliares de Polícia quase todos eles com curso superior, bacharéis em Direito.

O Governo até agora não tomou providências, apesar das promessas da antiga Secretaria de Segurança de proceder a uma readaptação para o aproveitamento desses bacharéis. Quero deixar consignada minha solidariedade ao Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Cel. Geraldo Braga, militar cioso da sua responsabilidade, que vive apelando ao Governo no sentido de que os órgãos policiais, principalmente as delegacias do interior, que funcionam precariamente por falta de condições, sejam dotados de material humano e de instalações condignas.

Nesta oportunidade, repito, associamo-nos ao movimento desses dedicados servidores da Secretaria de Segurança, muitos deles bacharéis em Direito, que se encontram impedidos de advogar em virtude de lei específica, votada pela Assembléia do Estado.

Deixo, pois, consignado meu apelo ao Cel. Geraldo Braga, para que continue em seu esforço em prol do aproveitamento daqueles 100 servidores, homens do maior gabarito e eficiência.

Sr. Presidente, é do seguinte teor a notícia referente à entrevista concedida pelo Cel. Geraldo Braga:

"Foi muito boa a entrevista concedida pelo coronel Geraldo Braga a um órgão local, sobre a situação da polícia fluminense. Na realidade o policial está desamparado, trabalhando em condições precaríssimas e recebendo uma insignificância para desempenhar a importante missão. O secretário bem que poderia olhar com mais carinho para a situação de 83 policiais que, possuindo diploma de curso universitário (advogado), permanecem nos cargos de carcereiro, auxiliar de polícia etc. e tal. Ocorre que estes policiais estão impedidos pela Ordem dos Advogados de exercerem a profissão e, com isso, ficam sujeitos a um salário ridículo e às tarefas que estão muito aquém de suas reais possibilidades culturais. Estes policiais já não acreditam mais no seu aproveitamento no cargo de delegado, tantas promessas que não foram

cumpridas. Mas agora acreditam na atuação do coronel Geraldo Braga. É a esperança."

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arlindo Kunsler.

O SR. ARLINDO KUNSLER — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Município de Montenegro, localizado no Vale do Rio Cai, nas proximidades do Grande Porto Alegre, comemora no próximo sábado 100 anos de emancipação política. Serviu ele, juntamente com os municípios do Vale do Rio dos Sinos, como segunda pátria aos pioneiros vindos da Europa em 1845. Desenvolveu a agricultura, a pecuária, a industrialização dos produtos primários. Conta com uma superfície de 900 km² e é habitado por 50.000 almas, das quais 25.000 na cidade e 25.000 no interior. Tem, hoje, seu suporte econômico baseado na produção de frutas cítricas, sendo o maior produtor e exportador do Estado do Rio Grande do Sul, para os Estados Unidos. Exporta carnes para a Europa. É o maior produtor da América do Sul de tanino, essência extraída da acácia, representando 20% de toda a demanda mundial. Exporta para 65 países. Em seu território está sendo construída a fábrica-sul da Cervejaria Antártica, ocupando aproximadamente 300.000 m².

Eis aí, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que é, em síntese, o Município que comemorará sábado próximo, dia 26, o centenário de sua emancipação política. É desejo do seu Prefeito, Sr. Roberto Cardona, e do Presidente da Comissão Organizadora, Sr. Francisco Aigner, agradecer ao Congresso e aos seus Presidentes a presença de suas representações naquela data. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Parsifal Barroso.

O SR. PARSIFAL BARROSO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há negar que a 24 de maio de cada ano o Ceará muito se rejubila em renovar com a mais viva ufania cívica a comemoração de três datas magnas que se entrecruzam, providencialmente, confluindo para a formação das nascentes de uma tradição militar de ressonância nacional porque marcam a coincidência da celebração das glórias da batalha de Tuiuti, em 1866, com a do nascimento, em Tamboril, do seu máximo herói, o Brigadeiro Antônio de Sampaio — Patrono da Infantaria do nosso Exército — e da criação da Polícia Militar do nosso Estado, nascida em 1835, para se mistu-

rar logo com as forças do Exército, deslocadas que foram as duas formações para o Norte, na fase mais aguda da Cabanagem, sob o comando do Major Francisco Xavier Torres e a participação já notável do 1.º Sargento Antônio de Sampaio.

Se é verdade que, ano após ano, mais se consolida o culto a essa confluência de datas, esmaltadas de imarcescível lustre histórico, neste abençoado 1973, as comemorações sobem de ponto e se alteiam a um nível jamais atingido, com a inauguração do Parque Nacional Brigadeiro Antônio de Sampaio, em Tamboril, por feliz e inesperada iniciativa do ilustre Governador César Cals e com a valiosa colaboração do Projeto Rondon.

Com efeito, e através do Decreto n.º 9.514, de 18 de agosto de 1971, o ilustre e operoso Governador do Ceará, Engenheiro César Cals, constituiu o Grupo de Trabalho que tomaria a si a incumbência honrosa de providenciar a instalação do já referido Parque Histórico Nacional, cujo projeto arquitetônico é de autoria do brilhante arquiteto Paulo Rubens de Holanda Teófilo, executado pela Superintendência de Obras do Estado do Ceará, contando com a dedicada e decidida ajuda da Coordenação Meio-Norte do Projeto Rondon e do Comando da 10.ª Região Militar.

A semente plantada em 1971, com o desvelado interesse que o governante cearense sabe infundir em suas admiráveis iniciativas, germinou e foi crescendo em ritmo vivificante, de modo a se transformar num monumento à altura da glória imortal do Patrono da Infantaria do Exército. Graças à orientação do Mestre Burle Marx, que opinou em relação ao setor paisagístico, foram preservadas as condições regionais, possibilitando-se o ambiente indispensável ao parque que compreende nos seus três hectares, a Praça Cívica, com o busto do nosso grande irmão, General Sampaio, um pequeno museu e a casa onde ele viveu, antes de alçar voo para ascender, do chão adusto da terra que o viu nascer, aos cimos gloriosos de militar autêntico, comandante exemplar e herói que se torna imortal em Tuiuti, antes de se configurar como o Patrono da Infantaria do nosso Exército. Sempre adotei como critério de avaliação do vero e perfeito valor dos nossos maiores que já dormem na Eternidade, após haverem opulento o patrimônio da glória cearense, o encontro do filão de suas origens e do condicionamento de sua formação, de modo a situar em primeiro plano os heróis que nasceram pobres, em meio adverso à expansão de sua potencialidade, e por isso cumpriram o destino transregional ou migratório da nossa gente. A exemplo do mais humilde de todos, que foi o gigantesco herói Delmiro Gouveia, o pobre

sertanejo da longínqua terra de Tamboril a deixa praticamente inculto, para se tornar praça voluntária do 22.º Batalhão, em Fortaleza, a 17 de julho de 1830, de logo afirmando suas marcantes virtudes de homem pertinaz e intrépido, de caráter adamantino, e suas qualidades de militar de acendrado espírito cívico, com um potencial de valentia e bravura capaz de enfrentar todos os riscos, em defesa de sua Pátria.

Ao invés de exaltar a glória de seus triunfos militares, que levaram o Governo Imperial a promover o bravo Antônio de Sampaio a Brigadeiro, em fevereiro de 1865, agraciando-o com o oficialato da Ordem do Cruzeiro, prefiro evocar seu heroísmo máximo em Tuiuti, porque a imortalidade da grandiosa cena envolve os vultos dos Patronos da Cavalaria, da Infantaria e da Artilharia do nosso glorioso Exército — Osório, Sampaio e Mallet — nimbando com o mesmo fulgor de imortalidade os três nomes tutelares das nossas Armas, nos lances dramáticos e inesquecíveis dessa batalha decisiva, cuja vitória é exaltada e enaltecida no dia em que nasceu o seu máximo herói, Brigadeiro Antônio de Sampaio, cuja morte ocorreu dias após, em Buenos Aires, como consequência dos três graves ferimentos a que se expôs com a bravura de um herói perfeito, nessa luta memorável de beleza rara.

Como muito bem definiu o eminente historiador General Carlos Studart Filho, Presidente do Instituto do Ceará, "a ação de Sampaio equivale ao gesto de Leônidas, escrevendo, no painel das rochas que ladeiam o celeberrimo desfiladeiro da Tessália, as palavras que ficariam indeleveis na memória dos povos".

Honra e glória devem ser tributadas hoje ao Patrono da Infantaria do nosso Exército, o imortal Brigadeiro Antônio de Sampaio, e o Ceará mais uma vez se orgulha de o ter entre os seus maiores, já incorporados ao patrimônio da nossa História. Bendito seja o herói militar, General Sampaio, que atingiu a tamanha apogeu de imortalidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Tem a palavra o nobre Deputado Rozendo de Souza.

O SR. JOÃO MENEZES — (Questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, indago de V. Ex.^a qual o tempo destinado às pequenas comunicações e quando começou a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Pelo Regimento, o prazo para pequenas comunicações é de meia hora.

O SR. JOÃO MENEZES — A sessão começou às 10:36 hs.; logo, já estava esgotado o prazo das comunicações. Nestas condições, requiero a V. Ex.^a o prosseguimento dos trabalhos, com

votação da matéria que estava em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Esta Presidência vem adotando o critério democrático de conceder a palavra a todos os Parlamentares inscritos. Mesmo V. Ex.^a já nos tem honrado com sua palavra brilhante e erudita além do tempo regulamentar. Assim, a Presidência continuará a conceder a palavra aos inscritos.

O SR. JOÃO MENEZES — Se V. Ex.^a me permite um aparte, gostaria de esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — A Presidência não pode ser apartada por V. Ex.^a, o Regimento não o permite.

O SR. JOÃO MENEZES — (Questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, não é nossa intenção, de forma alguma, dialogar com a Mesa nem é nosso interesse impedir a qualquer Sr. Deputado o uso da palavra nas sessões do Congresso que aqui se realizam. Entretanto, parece-me que as normas regimentais são feitas justamente para orientar os trabalhos desta Casa e, a adotar-se o critério declarado por V. Ex.^a, estaremos abrindo precedente demais perigoso, porque poderemos passar o dia inteiro em pequenas comunicações, em prejuízo da matéria para que o Congresso foi convocado, ou seja, para a votação dos projetos de lei.

Portanto, Sr. Presidente, estando esgotado o período das pequenas comunicações, seria de bom alvitre fosse cumprido o Regimento, a fim de que esta sessão não seja tumultuada, o que de forma alguma nos interessa.

Aqui fica nosso novo apelo para que seja cumprido o Regimento, a fim de que esta sessão siga seu curso normal e não seja desfigurado o sentido desta convocação. Ou, então, se existe outra forma para evitar a votação do projeto de lei, que ela nos seja esclarecida e justificada a fim de que não se estabeleçam exceções regimentais por demais perigosos para o decoro desta Casa, para a segurança dos trabalhos e para a boa orientação do que aqui se faz. Esperamos que V. Ex.^a reconsidere sua decisão e faça imediatamente a sessão entrar no seu curso normal, com a votação da matéria sobre a mesa, pois, para este fim foi convocada a sessão de hoje. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Tem a palavra, para contraditar a questão de ordem, o Sr. Deputado Magalhães Melo.

O SR. MAGALHAES MELO — (Sobre a questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, velho companheiro e amigo do Deputado João Menezes, não posso deixar de estranhar que um membro da Oposição, que tanto reclama o direito de ex-

pressão do pensamento e do uso da palavra, numa sessão do Congresso, em cuja pauta há uma única proposição a ser discutida e votada, peça o trancamento das pequenas comunicações, prerrogativa de que S. Ex.^a próprio usou há poucos instantes.

O Sr. João Menezes — É lamentável que V. Ex.^a faça uma comparação desta natureza, com a responsabilidade que tem.

O SR. MAGALHAES MELO — Sr. Presidente, *data venia* do ilustre membro da Oposição, parece que, pedindo o cumprimento do Regimento, S. Ex.^a acaba de infringi-lo, pois não me consta que em questão de ordem se possa receber apartes. Ai já está a primeira contradição do ilustre e inteligente Deputado João Menezes. Por isso o aparte, sem nenhum desapreço para S. Ex.^a, não terá resposta. Do contrário, estaríamos transgredindo a Lei Orgânica dos nossos trabalhos.

O Congresso sabe que vai votar uma lei que não tem nenhum caráter político, mas visa apenas a seguir o mesmo compasso de leis básicas anteriores: criar várias regiões metropolitanas no País. Se fosse uma lei que versasse tese estritamente política, poder-se-ia admitir a objeção da Oposição como uma espécie de trancamento da palavra, para se seguir a discussão ou a votação do projeto. Mas, numa proposição de caráter sócio-econômico, que tanto interessa aos municípios onde o Governo e a Oposição têm prefeitos, não vejo como não exaltar a conduta de V. Ex.^a, Sr. Presidente, liberal e prestigiadora do próprio Regimento, fazendo com que, enquanto aguardamos *quorum*, depois de uma sessão que se prolongou até as primeiras horas de hoje, os Deputados dos diversos partidos, que se inscreveram possam transmitir às suas regiões ou ao País um esclarecimento ou exaltação às várias teses aqui sustentadas.

Portanto, Sr. Presidente, a Casa só pode elogiar e aplaudir a conduta de V. Ex.^a, liberal e justa, pois os oradores inscritos pertencem a ambos os Partidos, e V. Ex.^a os convoca, um a um, para ocuparem a tribuna.

Não vejo, também, como se falar em perigoso precedente, pois, nos expedientes desse tipo é comum, como sói acontecer quase diariamente, o Presidente esgotar, sempre que pode, a lista dos inscritos.

É, portanto, irrita, nula e sem fundamento a questão de ordem, *data venia*, levantada pelo ilustre e brilhante Deputado da Oposição. Creio que a própria Liderança do Partido que se opõe ao Governo nesta Casa já esteja, com espírito público, discutindo com a Liderança da Maioria e com a Presidência do Senado o melhor modo de encaminhamento do

projeto que cria as áreas metropolitanas do País.

Como disse, este projeto não trata de tese política, mas é uma proposição calcada na Constituição atual. E, conforme trabalho muito substancial do Senado, comparando a Constituição atual com as leis matrizes anteriores, é esta uma proposição que interessa a todo o País, sem nenhuma eiva de política partidária: visa a integrar as regiões sócio-econômicas brasileiras num planejamento integral e global, a fim de melhor solucionar os problemas básicos e fundamentais das nossas diversas comunas espalhadas por todo o território nacional.

Portanto, aqui fica a nossa crítica e a nossa contradição à questão de ordem, que V. Ex.^a sabiamente haverá de resolver, continuando, estou certo, dentro desse espírito de liberdade que se traçou, sem contudo infringir a norma disciplinadora e fundamental dos trabalhos do Congresso Nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès)

— Respondendo à questão de ordem formulada pelo nobre Deputado João Menezes é testemunha a Casa de como venho agindo na interpretação do Regimento. Parlamentares dos dois partidos, Senadores e Deputados, têm ultrapassado às vezes até o dobro, ou o triplo, do tempo máximo concedido pelo Regimento no encaminhamento à votação, que é de 5 minutos. A sessão não será desfigurada. O projeto será votado e aos Parlamentares inscritos, da ARENA e do MDB, a todos eles concederei a palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Rozendo de Souza.

O SR. ROZENDO DE SOUZA —

(Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos em mão um recorte do jornal "O Estado de São Paulo", relativamente à inauguração, pelo Ministro Hygino Corsetti, do sistema de Discagem Direta à Distância (DDD) em Foz do Iguaçu, obra que conclui a Rota Oeste de microondas no Paraná.

Diz a nota que "O Paraguai será o segundo país sul-americano a utilizar o cabo submarino Bracan-1, que liga o Brasil à Espanha, "que Assunção estará ligada ao Brasil e à Europa, também via satélite"; que "a Argentina e o Uruguai são os outros candidatos à utilização do cabo submarino" e que, "no caso uruguaio, falta apenas a extensão da rede até Livramento, até onde chegam as linhas do Brasil".

Assim sendo, Sr. Presidente, aqui estamos para nos congratular com o Ministério das Comunicações, que, através do comando do ilustre Ministro Hygino Corsetti, tem dado a este

País uma nova dimensão no setor das comunicações.

Nós, que temos acompanhado as realizações daquele Ministério, não poderíamos, nesta oportunidade, deixar de fazer as nossas referências, relativamente ao evento que amanhã se processará, enviando os nossos parabéns e, ao mesmo tempo, prestando as nossas homenagens à equipe do Sr. Ministro das Comunicações, que, de maneira técnica, brilhante, vem dando ao País a dimensão que está atingindo no consenso geral do desenvolvimento, do progresso, e na engrenagem necessária para que atinja de fato aquele estágio que todos desejamos.

Gostariamos de fazer referência também ao projeto das regiões metropolitanas. Em 1968, apresentamos nesta Casa uma proposição nesse sentido, mas que criava apenas uma região metropolitana e apenas um conselho metropolitano, tendo em vista que nós legisladores não poderíamos legislar sobre matéria que criassem despesas.

Nossa intenção era obter um planejamento global, integrado, nos Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, que distam apenas 6 quilômetros um do outro, já constituindo quase uma única cidade. Ali existem vários problemas comuns aos dois municípios — transportes, abastecimento de água, saneamento, saúde, educação, poluição — embora a população da região esteja ainda em torno de 200 mil habitantes.

Mas, com relação à mensagem que encaminhou o projeto das regiões metropolitanas, enviada pelo Governo, tivemos, ontem, oportunidade de ler o parecer do Relator e algumas emendas apresentadas. Mencionamos, neste instante, a emenda do Senador Vasconcelos Torres, sobre a inclusão do Grande Rio. Na sua justificativa, o Sr. Relator diz não acolher a referida emenda pela necessidade de serem efetuados estudos específicos. Nós reconhecemos isso. Mas achamos que o Grande Rio devia ter de logo sua região metropolitana, mesmo considerando a necessidade de estudos integrados dos dois grandes Estados. Relativamente ao projeto propriamente dito, nos foi dado conhecimento pelo Relator de que está perfeito, com as emendas por S. Ex.^a apresentadas. Quanto às atribuições, no nosso entender, a sistemática do projeto está perfeita: cria dois Conselhos — um Consultivo e outro Deliberativo — e dá aos municípios interessados na região metropolitana o direito de estabelecer convênios com entidades, mesmo particulares, para execução de serviços.

Assim sendo, sob o aspecto estrutural, o projeto é simples e harmônico. Possui conselho consultivo e conselho que delibera e tem a forma de exe-

cução. Desta forma, manifestamo-nos pela aprovação do projeto, com a emenda do Sr. Relator, Deputado Baldacci Filho. É uma experiência para o Brasil. Como nos disse o Sr. Relator, S. Ex.^a não copiou modelo de nenhum outro país. Estamos com S. Ex.^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès)

— Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Freire.

O SR. JOEL FERREIRA — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, aproveito a oportunidade em que o Congresso Nacional se reúne mais uma vez para não apenas fazer um apelo ao Governo Federal, pelo seu Ministério da Agricultura, mas sobretudo para mostrar a Nação a situação em que se encontra o meu Estado, no que se refere ao tratamento por parte do Ministério da Agricultura, como também por parte da Secretaria de Produção do Governo Estadual, no concernente ao apoio aos trabalhadores do campo.

Talvez a maioria dos Srs. Congressistas que conhecem o sistema agrícola, por exemplo, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, não tenham uma concepção exata de como é tratado o agricultor na Região Amazônica, notadamente o do Estado do Amazonas, que ainda vive da agricultura primária, cultivada à base do terçado, da enxada e do machado, sem nenhuma técnica, sem nenhum aperfeiçoamento, sem nenhuma proteção ao homem do campo.

É necessário que o Governo entenda que deve estimular o técnico para que ele se interesse também pelo extremo Norte, para que saiamos do primarismo do uso do terçado e da enxada.

Sr. Presidente, o novo Ministro da Agricultura, segundo noticiam, conhece, com profundidade, os problemas agrícolas do País. Por isso aproveito a oportunidade para lembrar a S. Ex.^a a situação em que se encontra a agricultura na Amazônia, especialmente no Amazonas, que é de verdadeiro abandono.

Asseguro que a responsabilidade não é só do Governo Federal, mas também do Governo Estadual, através da sua Secretaria de Produção. Convencido de que deve ser interesse comum dos Governos Federal e Estadual o amparo ao homem do campo, é que me animei a vir a esta tribuna para, mais de uma vez, fazer um apelo no sentido de que elaborem um plano que ampare esses brasileiros, a fim de que eles possam produzir mais, e não ocorra o que está acontecendo no meu Estado. As áreas rurais estão ficando vazias por inteiro, porque o homem do campo está indo, de qualquer maneira, para a capital, onde não encontra nenhum trabalho, ou amparo social,

deixando a agricultura abandonada. O resultado disso é termos um quilo de tomate por 13 cruzeiros, um quilo de arroz por 3 cruzeiros; frutas, nem mesmo a qualquer preço se encontra em Manaus.

Desejo que esse relato, que já se vai alongando, sobre a situação caótica e precaríssima em que se encontram os agricultores do Estado do Amazonas, desamparados e desprotegidos, chegue ao conhecimento do Governo, na esperança de que seja feita alguma coisa em seu benefício.

Não queremos muito, mas apenas algum auxílio técnico. É preciso que a técnica empregada no Sul chegue também ao caboclo da região Norte.

Segundo os mais experientes, a Amazônia é o sustentáculo do resto do Brasil, notadamente, do Sul do País. Por isso ela deve ser olhada com mais interesse.

Sr. Presidente, espero que o Sr. Ministro da Agricultura, através da sua representação em Manaus, envie material agrícola para a nossa Região, não para ser dado — não defendo esta tese — mas para ser vendido a preço de custo, a fim de que o homem do interior possa ter certeza de que encontra os utensílios de que necessita trabalhar.

Outro setor inteiramente abandonado é o da assistência técnica. Não temos agrônomos, nem técnicos que orientem o agricultor.

Áreas que, no passado, apresentavam razoável produção, estão hoje produzindo muito menos, porque nenhuma técnica é aplicada à terra, nem há quem ensine ao agricultor.

A pecuária, que se começa a criar na região, de uma hora para outra é dizimada em dezenas e centenas de cabeças. Por quê? Porque não há um veterinário que instrua o criador a tratar do seu gado. O número de veterinários é tão pequeno que, a grosso modo, podemos dizer que nenhuma assistência existe no interior do Amazonas.

Por isso, Sr. Presidente, dirijo este apelo dos agricultores e criadores do meu Estado ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Governo Federal, para que seja dispensada àqueles bravos heróis da Amazônia uma parte do tratamento dado aos lavradores e criadores do Sul, do Centro e do Leste do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès)

— Vamos passar à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei n.º 7, de 1973-CN (Complementar), que estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte,

Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza, tendo:

PARECER, sob n.º 28, de 1973-CN, da Comissão Mista, concluindo pela apresentação de substitutivo integral, no qual foram incorporadas:

- partes do Projeto;
- Emendas n.ºs 11, 12, 13;
- subemenda à Emenda n.º 15; e
- Emendas do Relator de n.ºs 39-R a 43-R.

As demais emendas tiveram parecer contrário.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, ocasião em que foi rejeitado o substitutivo da Comissão Mista por não ter conseguido atingir o "quorum" constitucionalmente exigido para sua aprovação.

Rejeitado o substitutivo, passa-se à votação do projeto, ressalvadas as emendas.

Tratando-se de projeto de lei complementar, a votação será feita pelo processo nominal, iniciando-se pela Câmara dos Deputados.

Convido os Srs. Deputados Dayl de Almeida e Petrólio Figueiredo a comparecerem à Mesa, a fim de procederem à chamada, de Norte para Sul, votando os Líderes em primeiro lugar. (Pausa.)

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, salvo engano, gostaria que fosse interpretado o art. 49 do Regimento Comum que, a meu ver, justifica encaminhamento de votação do projeto. Ontem, houve encaminhamento de votação para o substitutivo.

Estabelece o art. 49:

"Encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro Senadores e quatro Deputados."

Acredito que uma votação se esgotou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — V. Ex.ª pode encaminhar.

O SR. NELSON CARNEIRO — Peço apenas a V. Ex.ª que me conceda a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — Neste momento? Esta concedida.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Encaminhamento de votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, entre as emendas rejeitadas pela Comissão está a de n.º 23, para a qual peço a atenção do nobre Plenário da Câmara e do Senado Federal.

O texto do substitutivo e do projeto atribuem ao Governador o direito de nomear três dos membros do Conselho Deliberativo, sendo 1/4 indicado pelo Prefeito, que é da sua confiança, e todos os outros municípios da área indicarão apenas um representante.

Ora, existirão áreas metropolitanas com numerosos municípios. Peço, pois, a atenção da Casa para a Emenda n.º 23, de minha autoria, que diz:

"O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros, de reconhecida capacidade técnica, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista triplice organizada pelo Prefeito da Capital e quatro (4) mediante indicação dos demais municípios integrantes da região metropolitana."

Como vê V. Ex.ª, Sr. Presidente, o que se deseja é que esses numerosos municípios que irão fazer parte da região metropolitana não fiquem representados apenas por um delegado entre cinco, mas que tenham quatro representantes. O Prefeito da Capital, necessariamente, terá seu representante. Todos serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de reconhecida capacidade técnica.

Somente para esta emenda, já que as outras têm sido objeto de longos debates, eu queria pedir a atenção da Casa, especialmente da Maioria, porque seria um modo mais democrático de se permitir a participação dos Municípios que vão integrar a área metropolitana nesse Conselho Deliberativo. Do contrário, prevalecerá somente a vontade exclusiva do Governador do Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados, de Norte para Sul.

Procede-se à chamada.

Respondem à chamada e votam "Sim" os Srs. Deputados:

Geraldo Freire — Líder da ARENA; Nasser Almeida — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA; Américo Brasil — ARENA; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Henrique de La Rocque — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Sousa Santos — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Vingt

Rosado — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Etelevino Lins — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Osneili Martinelli — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ari Valadão — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Emilio Gomes — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Abel Ávila — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Cirilo — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Lauro Leitão — ARENA.

Responderam à chamada e votam "Não" os Srs. Deputados:

Aldo Fagundes — Líder do MDB; Ruy Lino — MDB; Joel Ferreira — MDB; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Freitas Diniz — MDB; Paes de Andrade — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Petrónio Figueiredo — MDB; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB; Vinicius Cansancão — MDB; João Borges — MDB; Ney Ferreira — MDB; Argilano Dario — MDB; Adolpho Oliveira — Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Hamilton Xavier — MDB; Peixoto Filho — MDB; Walter Silva — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Florim Coutinho — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Carlos Cotta — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Tancredo Neves — MDB; Athié Coury — MDB; Dias Menezes — MDB; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; João Arruda — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Anapolino de Faria — MDB; Fernando Cunha — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Alencar Furtado — MDB; Fernando Gama — MDB; Oliver Gabardo — MDB; Cesar Nasci-

mento — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; Laerte Vieira — MDB; Alceu Collares — MDB; Amaury Müller — MDB; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Antônio Pontes — MDB; Jerônimo Santana — MDB.

O SR. SECRETÁRIO (Dayl de Almeida) — Vai-se proceder a segunda chamada, de Norte para Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Solicito o comparecimento dos Srs. Deputados que ainda não votaram, para fazê-lo neste momento.

O SR. LAERTE VIEIRA — (Questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, V. Ex.^a, no pressuposto de que havia aquiescência de toda a Mesa, mandou proceder a uma segunda chamada. Para não se constituir um precedente, parece-me que uma segunda chamada não poderia ser feita. Normalmente, permite-se que os Parlamentares que não votaram aqui compareçam e deem seu voto. Não poderíamos permitir esse processo. Se a segunda chamada fosse possível, far-se-ia também a terceira, quarta, a quinta, a sexta etc., até que todos os Parlamentares aqui viessem e votassem. Portanto, solicito a V. Ex.^a que apenas convoque para votar os Parlamentares que ainda não o fizeram. Não se deve anunciar uma segunda chamada ou a ela proceder. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Não anunciei segunda chamada. Convidei os Parlamentares que não haviam votado a fazê-lo.

O SR. LAERTE VIEIRA — Entendi que o silêncio da Presidência significava concordância com o Secretário, que anunciou que procederá à segunda chamada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Não há, propriamente, segunda chamada.

Como é de costume e, como é de tradição, serão chamados, apenas, os Srs. Deputados que faltaram à chamada e constam da lista de presença. Ainda ontem, aqui, assim procedemos.

O SR. SECRETÁRIO (Dayl de Almeida) — Presentes do Amazonas. (Pausa.) Ninguém. Presente do Pará. (Pausa.)

O SR. LAERTE VIEIRA — (Questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a presença de Deputados e Senadores se afere no plenário, na hora da votação nominal. Não se pode aferir presença pela lista que V. Ex.^a tem, porque o parlamentar pode ter chegado a esta Casa, ter-se retirado e agora não estar presente. Segundo entendimentos, a norma regimental e a praxe, os Srs. Parlamentares que aqui não responderem à chamada na hora oportuna poderão fazê-lo agora, solicitando à Mesa lhes permita proferir o voto. Mas não se

trata de nova chamada. Volto a insurgir-me porque o precedente poderia causar problemas em votações futuras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Apelei aos Srs. Parlamentares que não se encontravam no Plenário para que aqui comparecessem, a fim de votar. Como não há mais nenhum Deputado para fazê-lo, vou encerrar a votação.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Está suspensa a sessão.

(A Sessão é suspensa por alguns minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Reabro a sessão, para comunicar ao Plenário — a fim de que não haja dúvida quanto à declaração da Mesa — que votaram favoravelmente ao projeto 65 Srs. Deputados; contra, 60 Srs. Deputados.

Não tendo sido alcançado o quorum mínimo necessário à sua votação, fica a mesma adiada para sessão a ser oportunamente convocada.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 28.^a SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 16-5-73

(Publicada no DCN de 17-5-73)

Retificações

No Decreto-lei n.º 1.271, de 4 de maio de 1973, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 991.800.00,00, para transferência da cota-parte da Taxa Rodoviária Única pertencente aos Estados, Territórios e Distrito Federal:

Na página 658, 1.^a coluna, na ementa,

Onde se lê:

... no valor de Cr\$ 991.800,00,

Leia-se:

... no valor de Cr\$ 991.800.000,00,

Na página 660, 1.^a coluna, na Comissão Mista constituída para emitir parecer sobre o Decreto-lei n.º 1.271, de 4-5-73,

Onde se lê:

... Srs. Deputados ... Jonas Carlos, Manoel de Almeida Rodrigues,

Leia-se:

... Srs. Deputados Jonas Carlos, Manoel de Almeida, Manoel Rodrigues,

ANAIIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSOES 1. ^a a 16. ^a — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSOES 1. ^a a 20. ^a — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSOES 21. ^a a 38. ^a —
Mês de maio de 1965	— SESSOES 39. ^a a 50. ^a — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSOES 51. ^a a 62. ^a — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSOES 90. ^a a 106. ^a —
Mês de agosto de 1965	— SESSOES 107. ^a a 117. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSOES 118. ^a a 130. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSOES 141. ^a a 142. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSOES 143. ^a a 145. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSOES 146. ^a a 155. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSOES 156. ^a a 166. ^a — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSOES 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSOES 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSOES 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSOES 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Preparatórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSOES 16. ^a a 32. ^a — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSOES 33. ^a a 42. ^a — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSOES 43. ^a a 62. ^a — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSOES 63. ^a a 78. ^a — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSOES 79. ^a a 100. ^a — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSOES 101. ^a a 114. ^a — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSOES 115. ^a a 132. ^a — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSOES 1. ^a a 10. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSOES 11. ^a a 24. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSOES 133. ^a a 150. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSOES 151. ^a a 171. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSOES 172. ^a a 188. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSOES 189. ^a a 209. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSOES 210. ^a a 231. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSOES 232. ^a a 262. ^a — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSOES 263. ^a a 275. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSOES 276. ^a a 298. ^a — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSOES 1. ^a a 15. ^a — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSOES 1. ^a a 7. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSOES 8. ^a a 19. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSOES 20. ^a a 36. ^a — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSOES 1. ^a a 12. ^a — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSOES 13. ^a a 20. ^a — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSOES 1. ^a a 11. ^a — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSOES 12. ^a a 21. ^a — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSOES 22. ^a a 32. ^a — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSOES 33. ^a a 44. ^a — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSOES 68. ^a a 81. ^a — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSOES 82. ^a a 93. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSOES 94. ^a a 103. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSOES 104. ^a a 115. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSOES 116. ^a a 126. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSOES 127. ^a a 138. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSOES 139. ^a a 148. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSOES 149. ^a a 157. ^a — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSOES 1. ^a a 12. ^a — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

"MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL"

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

- I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS
 - a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
 - b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971"
 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 1º-9-71).
 - c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 1º-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).
 - d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).
- II — CÓDIGO ELEITORAL
 - a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
 - b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).
- III — SUBLEGENDAS
 - Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).
- IV — INELEGIBILIDADES
 - Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenêo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr. Atyr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companhia

Ana Valdez A. N. de Alencar

Polição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosóficas, Sociológicas e Jurídicas

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insuscetibilidade do Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO

Homenagem

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 349

Prof. Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA

O Senado do Império e a Abolição

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

Consolidação das Leis do Trabalho

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONÚNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal. 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50